



GREVE PROVA NOSSA FORÇA!

A categoria petroleira do Litoral Paulista está de parabéns. Durante seis dias, cerca de 80% dos trabalhadores da base fortaleceram a greve nacional unificada dos 17 sindicatos, momento em que mais de 30 mil petroleiros e petroleiras no país cruzaram os braços contra uma proposta rebaixada de PLR, lutando por mais direitos e por melhores condições de trabalho.

Para quem na empresa duvidava da capacidade de mobilização da categoria, a resposta veio com grande força. Depois de iniciarmos o ano vendo mortes de trabalhadores dentro do Sistema Petrobrás, a “marolinha” da crise chegando na praia como um tsunami, a empresa deixando de cumprir o acordo da 1ª parcela da PLR e a retirada de direitos (feriado extra-turno na Replan), os petroleiros e petroleiras foram obrigados a dar uma resposta.

E a resposta tornou-se mais enfática depois da Petrobrás anunciar o lucro recorde de R\$ 33,9 bilhões em 2008 e propor como piso de PLR o menor valor em sete anos. O pior é que não foi nem uma proposta. Ao contrário, a empresa revelou o valor que ela ia levar para os acionistas aprovarem! A categoria deu um basta a estes absurdos quando rumou para a greve.

Colocada a situação, a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) avaliou que não havia outro caminho senão uma greve unificada entre os 17 sindicatos. Com os patrões “unificados” em torno do projeto de jogar a crise para o colo dos trabalhadores – basta ver os 800 mil demitidos pelo país – e o governo pouco comprometido em acabar com a “festinha patronal”, a solução era mostrar unidade numa ação de greve que fortalecesse o campo dos trabalhadores, sobretudo à hora da mesa de negociação. A tática deu certo.

As conquistas foram limitadas, mas importantes do ponto de vista econômico e para a



O que se viu na porta do EDISA I foi o aparato da Polícia Militar e o assédio da gerentada sobre os trabalhadores.

organização petroleira. Numa conjuntura onde o diálogo entre o capital e o trabalho é travado de modo desigual, pois as demissões e retiradas de direitos representam um golpe na vida de qualquer trabalhador, a categoria petroleira avançou nas reivindicações e no enfrentamento aos que querem sugar ainda mais o sangue dos trabalhadores.

O QUE CONQUISTAMOS COM A GREVE?

- Aumento da PLR, chegando perto de 14% ao que é pago aos acionistas (no início das negociações, antes da greve, estava em 11%);
- Pagamento do feriado extra-turno no dia 1º de maio para o pessoal do turno e sobreaviso;
- Fortalecimento do Sindipetro-LP e da rede do movimento sindical petroleiro.

Saímos de cabeça erguida da greve, além de iniciar a retomada das grandes mobilizações petroleiras. O espírito de mobilização deve ser mantido, mesmo porque a nossa próxima batalha é o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

A GREVE NO LITORAL PAULISTA

Domingo, dia 22 de março, 15 horas. Com o corte de renúncia na RPBC, o Sindipetro-LP antecipou o início da greve no Litoral Paulista. A empresa descreditou da possibilidade de uma greve forte e se negou a negociar renúncia. Às 20 horas do domingo, o sindicato já estava mobilizado para dar continuidade ao movimento grevista. Em São Sebastião o turno da “zero hora” do TEBAR não entrou e assim foi no terminal Alemôa. A adesão do setor operacional, no fim do dia 23 com a adesão do Terminal de Pilões, era de 100% em todas as unidades.

O Administrativo da RPBC e TEBAR apre-

sentaram também boa adesão, chegando na casa dos 80%. No Edisa I e II o movimento encontrou mais dificuldades, mas o decorrer da semana mostrou avanços. Na quarta-feira, dia 25, um “tranco” na porta do Edisa I movimentou o aparato repressivo da empresa. Gerentes e supervisores aliciaram petroleiros e petroleiras, convocaram a polícia militar, pronta para uma guerra ao aparecer na Rua Dom Pedro II com 11 viaturas, força tática, e ameaçaram os trabalhadores do prédio que aderiram ao movimento.

Já na RPBC, os “fura greve” deram trabalho. Chegando sempre de madrugada em táxis, iam fortalecer os grupos de contingência em detrimento de sua classe, de sua categoria. Em São Sebastião, o Sindipetro-LP orientou os petroleiros confinados no TEBAR a parar o bombeamento. Com isso, a empresa negociou a saída deles para dar entrada ao grupo

de contingência.

Na quinta-feira, dia 26, o Sindipetro-LP convocou uma Assembleia em sua sede e subsede. A categoria foi unânime ao aprovar greve por tempo indeterminado. Na mesa de negociação, no Rio de Janeiro, a FUP dava indícios de que aceitaria a proposta rompendo com a unidade. A FNP, ao contrário, não queria sair da mesa de negociação sem respostas para pontos essenciais (não punição aos trabalhadores em greve e pagamento dos dias parados).

A digna atitude da FNP teve um preço:

enquanto o coordenador da FUP ia para a imprensa anunciar a aprovação do acordo, sem ouvir as bases, a FNP não recebeu proposta. Na assembleia de sexta-feira, dia 27, a categoria entendeu a situação e suspendeu o movimento, mantendo o estado de greve e assembleia permanente até a chegada da proposta. Ficou marcada nova Assembleia para terça-feira, dia 31.

Mais luta. Até o dia 31 a empresa chantageou a FNP dizendo que suas bases ficariam com a primeira proposta, ameaçou quando informou que só liberaria o acordo se os seis sindicatos indicassem a aprovação, sem ler o conteúdo. A FNP resistiu. Tudo terminou durante a realização da Assembleia, quando a proposta, enfim, chegou e foi aprovada pela categoria.



greve >>>

Cama de gato na categoria

Estamos sabendo de uns espertalhões da FUP, em cargos superiores nos terminais Alemôa e São Sebastião, dizendo que a greve nestas bases só ocorreu por conta deles. Hahahahahahaha. Bando de caras-de-pau! Querem tomar proveito de uma greve vitoriosa, construída pela unidade da categoria, para dar moral para a FUP.

O Sindipetro-LP esteve presente nessas duas bases diariamente, orientando e chamando os trabalhadores para a greve. Muita safadeza! No TEBAR o bombeamento foi parado por orientação do Sindicato, depois de perceber

que o RH da empresa estava brincando nas negociações. Na Alemôa a adesão da operação foi de 100% e do ADM chegou perto de 80%.

Cama de gato na categoria não! A greve foi nacional e unificada, construída por cada petroleiro e petroleira que parou. O Sindipetro-LP dirigiu a greve legitimamente e honrou com o compromisso de unidade traçado pela Frente Nacional dos Petroleiros (FNP). Lutamos até onde deu! Ao contrário da Turma da PUF, que rompeu a unidade nacional e agora querem “pagar de gatinhos” da greve. Sai para lá cambada de oportunistas!

Interditos proibitórios? Aqui não!

A Petrobrás tentou dois interditos proibitórios aqui no Litoral Paulista. Esse mecanismo tem sido muito usado para burlar o direito constitucional de greve, pois consiste em minar, de diversas maneiras, o movimento através de ações judiciais.

O primeiro foi em São Sebastião, no TEBAR, sob

a alegação de que os trabalhadores não queriam deixar o terminal para dar lugar ao grupo de contingência. A Juíza do Trabalho de São Sebastião indeferiu o pedido por considerar a greve um direito constitucional. Em Santos a alegação foi a mesma e o Juiz do Trabalho indeferiu o pedido por falta de provas conclusivas.

o petróleo tem que ser nosso! >>>



Foto: Samuel Tosta

O Sindipetro-LP esteve presente, no início do mês passado, na 2ª Plenária Nacional da campanha “O Petróleo tem que ser nosso!”, que ocorreu no Rio de Janeiro. O encontro avançou em perspectivas mais práticas da campanha e agendou a 3ª Plenária para o mês que vem.

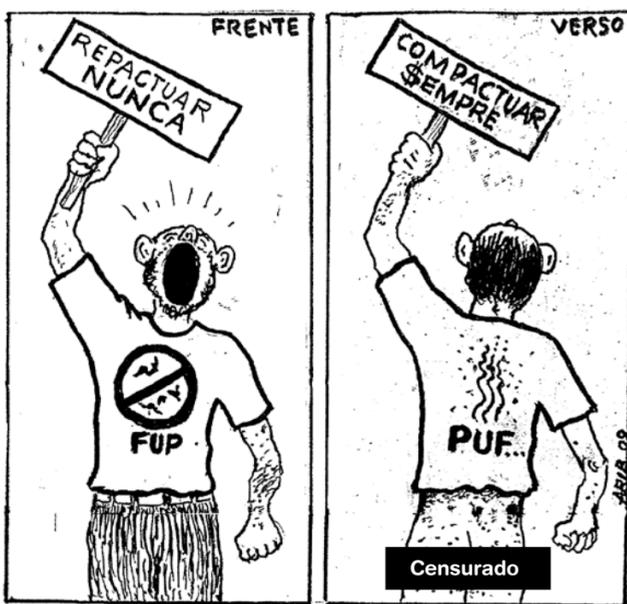
Sindicato mantém convênio com dentista especializado em implantes

Os associados do Sindipetro-LP, tanto da ativa quanto aposentados e pensionistas, têm, agora, direito ao convênio com o cirurgião dentista Dr. Andrei Mascaretti Ortiz. Seus serviços de implantes dentários, prestados em seu consultório na Clínica Geral, estão dentro dos critérios da AMS/Petrobrás.

Andrei Mascaretti é especializado em implantodontia pela Associação Brasileira de Odontologia e é credenciado pela AMEA/Sindipetro-LP.

Para outras informações ou agendamento de consultas, o telefone do consultório é 3232-4842 e fica localizado na Avenida Conselheiro Nébias, 731, conjunto 72.

charge >>>



petrolino >>>

Petrolino mete bronca!

Salve companheirada! Baita greve de luta que nós fizemos! O resultado não foi muito o que desejávamos, mas minha experiência diz que assim é que se faz. É como uma bola de neve que vai crescendo conforme vai se movimentando até destruir as barreiras que impedem nossas conquistas. Como diz o petroleiro Maurício Moura, temos que continuar resistindo e pensar que a única luta que se perde é aquela que se desiste. Ai é que a coruja dorme! Nada de perder esse espírito de luta da greve porque mais batalhas virão. Falei? Abração!

ADVERTÊNCIA POR ESCRITO É PERSEGUIÇÃO!

Em Sergipe/Alagoas um exemplo que não pode ser seguido por nenhuma outra unidade do país. Um dirigente sindical foi advertido por “ato de indisciplina e mau procedimento” por realizar Assembleia na UN-SEAL. A gerência da unidade alega ainda que o petroleiro reteve os ônibus, atrasando a troca de turno. Um absurdo! O petroleiro se negou a concordar com a advertência, com razão. Perseguição fere a liberdade sindical!

INDICATIVO DE GREVE GERAL PARA JUNHO

Teve um encontro bem importante na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, nos dias 14 e 15 de março. A Intersindical, a Conlutas, a CNBB e outras entidades se reuniram no seminário “Crise Financeira e o Impacto sobre os Trabalhadores/as”. A ideia lá foi fechar ações conjuntas para que os trabalhadores e trabalhadoras resistam aos impactos da crise. O indicativo é de Greve Geral para junho.

FILHO BONITO TEM MAIS DE UM PAI

A categoria precisa abrir os olhos para alguns sabichões que querem se aproveitar da nossa greve de seis dias. Inclusive fiquei sabendo que dois dirigentes da PUF tiveram no terminal da Alemôa exatamente para tentar se aproveitar dos resultados da greve. Pilantras! Agem como ratos tentando dar um golpe nas costas da categoria. Os companheiros da atual diretoria do Sindipetro-LP acreditam que essa greve foi construída com a unidade e o empenho da categoria, mesmo com a traição da PUF.

QUESTÃO DA PLR PARA A FNP

A nossa discussão na mesa de negociação com o RH se estendeu até as 19h30. Não precisamos dizer quem foi que roeu a corda e desequilibrou a correlação de forças.

QUEM MANDA NA NOSSA CASA SOMOS NÓS

Terça-feira, dia 31, houve assembleia e aprovou por maioria a PLR. Essa assembleia só foi possível porque nos foi enviado a proposta pelo RH sem condicionante.

AMS no litoral norte >>>

Os Serviços Compartilhados e a rede credenciada

Em São Sebastião o número de credenciados bateu a marca de 58 e as especialidades caíram, desde o ano passado, de 41 para 38. Os dados são de fevereiro deste ano.

Está sendo credenciada a dermatologista (RH) Vera Márcia Capovilla Mercadante.

Detalhando os credenciamentos por especialidades, temos: 23 por cada médico, 20 por cada dentista, seis por cada clínica, quatro por cada psicoterapia, um por cada hospital, por cada auditor, por cada fonoaudióloga e por cada laboratório.

CARAGUATATUBA

Em Caraguatatuba, em junho de 2008, houve 53 credenciados em 32 especialidades. Em fevereiro deste ano o número de credenciados caiu para 39, mas especialidades aumentaram de 32 para 34. Foram aprovados 50 novos credenciamentos pelo RH/AMS.

Detalhando os credenciamentos por especialidades, temos: 11 por cada médico, 12 por cada dentista, cinco por cada clínica, quatro por cada psicoterapeuta, dois por cada hospital, um por cada auditor e um por cada fonoaudióloga.

NOVAS MEDIDAS

Para melhorar o sistema, até 30 de setembro deste ano será feita a atualização dos cadastros, novos critérios de dimensão da rede com o acréscimo de 50 empregados e o levantamento de dados da atual rede credenciada. As carências serão identificadas até o dia 10 de outubro e as necessidades serão validadas até dia 15 com o RH/AMS. E até 31 de dezembro será viabilizado os credenciamentos válidos, envolvendo o RH, quando não estiver na competência da RSPS.



EXPEDIENTE

União e Transparência - Boletim Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista - Sindipetro LP

Sede: Av. Conselheiro Nébias, 248, Santos - SP, Telefax (13) 3221-2336, E-mail: sindipetrosantos@sindipetrosantos.com.br
Sub-Sede: Rua Auta Pinder, 218, Centro, São Sebastião - SP, Tel: (12) 3892-1484, E-mail: sindipetro@uol.com.br

Coordenador Geral: Wilson Roberto Gomes. Diretoria: Alziro, Bororó, Castanheira, César, Décio, Douglas, Douglas Jiricão, Éder, Fontes, Joaquim, Jonas, Juvenal, Luizinho, Marcelo Jorge, Márcio, Mário Antônio, Maurício, Mauro Alex, Miro, Nilson, Ornellas, Parrela, Paulinho, Renato, Robocop, Satoshi, Sérgio, Salgado Verinha, Vidotti, Wilson. Diretores Liberados: Wilson: (13) 7804-1391; Parrela: 7807-9381; Robocop: (13) 7807-9378; Marcelo Juvenal: (13) 7805-8710.

Edição e Textos: Renato Santana, Estagiário de Jornalismo: Bruno Walter, Fotos: Renato Santana e Marcela Mattos, Diagramação: Laura Pinheiro

SINDIPETRO-LP CONVOCA ELEIÇÕES



EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 4, DO REGIMENTO ELEITORAL DESTA SINDIPETRO, APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 19/06/02, OFICIAMOS A CATEGORIA PETROLEIRA QUE SERÃO REALIZADAS AS ELEIÇÕES SINDICAIS NOS DIAS 06, 07 E 08 DE MAIO DE 2009, NA NOSSA SEDE EM SANTOS, NAS DEPENDÊNCIAS DA REFINARIA EM CUBATÃO, TERMINAL AQUAVIÁRIO/SANTOS, TERMINAL TERRESTRE/CUBATÃO, TERMINAL AQUAVIÁRIO/SÃO SEBASTIÃO, UN-BS E SPO/SANTOS, DEVENDO O REGISTRO DAS CHAPAS SER APRESENTADO À SECRETARIA DO NOSSO SINDICATO, EM SANTOS, À AV. CONSELHEIRO NÉBIAS Nº 248 NO HORÁRIO DAS 08:30H ÀS 12:00H E DAS 14:00H ÀS 18:30H, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES QUE SE ENCONTRA AFIXADA NA SEDE DE SANTOS, SUBSEDE DE SÃO SEBASTIÃO E NOS LOCAIS DE TRABALHO.

SANTOS, 07 DE MARÇO DE 2009
WILSON ROBERTO GOMES
COORDENADOR GERAL

juridico >>

Rejeição da categoria em assinar PCAC garante direitos no Litoral Paulista

Por José Henrique Coelho, advogado do Sindipetro-LP

Nos idos de 1997 ocorreria um fato que deixaria a categoria perplexa, o Ministério Público colocou em "mira" a forma de proceder da Petrobrás, pois remunerava o pessoal administrativo com adicional de periculosidade sem que estes trabalhassem em área de risco.

Conduzida em Juízo a irregularidade, o Juiz José Roberto Crisafulli declarou a ilicitude do pagamento, determinando que a Petrobrás deixasse de pagar "a parcela ora apreciada aos empregados que não laborem em condições de periculosidade, imediatamente".

A empresa alterou o nome do benefício e passou a pagar o que denominou VP (vantagem pessoal) ao pessoal do administrativo, contudo a grande massa de trabalhado-

res da operação foram discriminados, e nada receberam a título de vantagem pessoal.

À oportunidade, judicialmente, não foi tomada qualquer providência em nossa base territorial para estender este benefício ao pessoal que trabalhava na operação.

Com concursos seletivos para contratação de pessoal, passaram a ser admitidos funcionários novos, sem que estes recebessem a referida vantagem pessoal, o que passou a trazer grande diferença salarial entre os trabalhadores.

Em 2007 a empresa resolveu tentar corrigir o grande desnível salarial, criando a RMNR benefício que agraciava os que não recebiam VP ou Adicional de Periculosidade, com um aumento salarial equivalente. Acabou gerando mais

descontentamento na categoria, pois, mais uma vez, discriminou quem recebe adicional de periculosidade por trabalhar em condições de risco.

Para resolver a distorção existente, o correto seria pagar a VP tanto ao pessoal da operação, bem como, aos funcionários novos admitidos por concurso após criação da VP.

Face a flagrante ofensa ao princípio da isonomia e da discriminação sofrida pelos empregados novos e pelo pessoal lotado na parte operacional da empresa, e o mais importante, pelo SINDIPETRO-LP não ser signatário do acordo que instituiu a RMNR, a partir de janeiro de 2007, hoje é possível entrar com ação visando corrigir esta distorção.

Se iniciam as benesses pela não assinatura do Acordo

Coletivo que instituiu o PCAC e RMNR, inclusive já temos várias sentenças favoráveis, graças a não assinatura daqueles instrumentos normativos, que feriam tratamento isonômico, direito a equiparação, implantando a plena e absoluta discriminação.

NÍVEIS

O Departamento Jurídico do Sindipetro-LP teve outra vitória em favor da categoria. Um petroleiro da ativa ganhou judicialmente o pagamento, por parte da empresa, de 10 níveis, já implementado na folha de pagamento. Os níveis representam um acréscimo de 40% no salário.



benzeno >>

Justiça condena INSS a pagar auxílio-acidente

Em uma vitória judicial inédita, o "Grupo dos 13" petroleiros e petroleiras contaminados por benzeno, no Litoral Paulista, teve o laudo pericial reconhecido e agora está comprovado que os trabalhadores adquiriram a doença na empresa e estão com ela. A ação foi movida pelo Sindipetro-LP teve como base no pedido de um dos integrantes do Grupo. A sentença garante que o INSS pague auxílio-acidente ao petroleiro contaminado.

A Petrobrás alega que os 13 petroleiros e petroleiras não possuem a doença, logo não poderiam tê-la adquirido dentro da empresa. "Vejo isso de for-

ma muito positiva porque a justiça está reconhecendo o nexo causal das ações que envolvem o benzeno (...) sem contar que gera mais atenção da empresa e dos próprios trabalhadores. Afinal, o benzeno existe", declara o advogado José Henrique Coelho, do Departamento Jurídico do Sindipetro-LP.

A ação correu na Vara de Acidentes do Trabalho de Santos e o veredito final foi dado pelo Juiz José Ribeiro Teixeira.



Liminar suspende repactuação

O Juiz Federal da 4ª Vara de Brasília suspendeu, no dia 25/03, todas as alterações feitas no Plano Petros relativas à chamada 'repactuação'.

Está provada a mentira da FUP divulgada a todos os petroleiros. O que foi homologado na 18ª Vara Cível, nos autos da Ação Civil Pública, foi tão somente o acordo sobre quatro objetos da Ação (veja ao lado o final da sentença do Juiz da 18ª Vara do Rio, onde tramita a Ação Civil Pública).

Ou seja, o juiz da 18ª Vara do Rio não homologou 'repactuação' porque não era objeto da Ação Judicial. Homologou tão somente o acordo so-

bre quatro objetos. Ali não está repactuação, ali não está novo plano para os novos empregados, ali não está mudança de cálculo.

A Justiça Federal suspendeu, em liminar, as alterações do Plano Petros feitas a pretexto de 'repactuação' porque, além de ilegais, não foram homologadas em acordo judicial. É a Justiça Federal quem reconhece, agora, que a 'repactuação' não foi homologada.

A FUP e seus sindicatos mentiram descaradamente para a categoria, e continuam mentindo. Divulgaram em seus boletins que 'a repactuação foi homologada em Juízo'. Era mentira. Isso ficava claro lendo a sentença de homologação,

mas a FUP apostou na confusão, na tentativa de desinformar os petroleiros.

Como confiar em dirigentes sindicais que mentem? Como confiar em dirigentes que não sabem qual a diferença entre sindicato e governo, entre governo e fundo de pensão?

A estratégia da FUP foi a de dividir para enfraquecer. Dividiu, inicialmente, a categoria entre ativos e aposentados, tentando jogar uns contra os outros. Depois, dividiu a categoria entre novos empregados, aqueles que ingressaram a partir de 2002, e os antigos. E ofereceu para os novos empregados um plano de benefícios ruim, muito inferior ao Plano Petros.

Que espécie de sindicatos e federação são esses, que buscam dividir sua própria base? A quem serve dividir os petroleiros? Não seria mais justo deixar que o governo semeasse a divisão, e nas entidades que deveriam defender os petroleiros?

As entidades da FNP (Frente Nacional dos Petroleiros) e as afiliadas da FENASPE (Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros) agiram em defesa da categoria, da unidade de ativos e aposentados, do equilíbrio do Plano Petros. As alterações no Plano Petros estão suspensas.

Fonte: AEPET

A sentença do Juiz da 18ª Vara do Rio de Janeiro

'À conta de tais fundamentos, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que produza seus efeitos jurídicos, a transação consubstanciada no termo de fls. 2498/2518 e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM EXAME DO MÉRITO, na forma do artigo 269, III, Código de Processo Civil, EM RELAÇÃO AOS TRANSATORES, somente, específica e exclusivamente no que pertine aos itens II, letra 'b', nºs 1, 2, 8 e 10, do rol de pedidos formulados na petição inicial.'

'(1) as dívidas relativas aos pré-70, respeitadas as determinações legais, inclusive artigo 45 da Lei 6.435/77, compensados valores eventualmente já pagos a esse título; (2) os valores relativos à diferença entre os valores contabilizados a título de contribuição da geração futura e benefícios da geração futura; (8) a condenação da Petrobrás a aportar à Petros os valores relativos às insuficiências decorrentes do cálculo inicial e atualização de pensões, na forma como exposto; (10) a condenação da Petrobrás em repassar à Petros os valores relativos ao custo de oportunidade dos aportes não realizados em cada época, a partir do momento em que devidos, conforme cálculo a ser feito por perito atuarial e experts nomeados pelo Juízo.'

trabalhadores contra a crise >>



No dia 30 de março cerca de 15 mil pessoas, entre estudantes, militantes sociais e, principalmente, trabalhadores e trabalhadoras, tomaram as ruas de São Paulo no primeiro ato unificado contra as consequências da crise ao povo brasileiro. O ato unificado, reunindo as principais centrais sindicais do país, dentre elas a Intersindical e a Conlutas, reivindicou medidas contra o desemprego, a redução dos juros, ampliação dos investimentos públicos e dos direitos trabalhistas e a realização da Reforma Agrária.

greve >>

Imagens da Greve



O Diretor Marcelo Juvenal em piquete na porta do EDISA I e trabalhadores aderem ao trancão



Em todas as bases o movimento grevista priorizou o contato direto com a categoria



Diariamente, os piquetes eram organizados para passar o quadro nacional da greve unificada



Apesar da repressão imposta pela empresa e pelos militares, a categoria atendeu o chamado da greve

**UNIDOS VENCEREMOS
E A LUTA CONTINUA!**

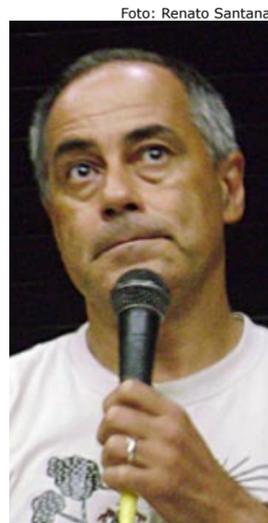
entrevista >>

O Movimento Sindical na opinião de...

Também defensor da criação de uma nova central sindical, Zé Maria aponta que o principal motivo para a reorganização do movimento sindical no Brasil foram os efeitos do governo Lula no seio da organização dos trabalhadores. Para o líder da Conlutas, algumas vezes candidato aos posto máximo da república, a unidade é o principal instrumento para recompactar as forças comprometidas com a classe trabalhadora. Leia os principais trechos da entrevista que Zé Maria concedeu ao União & Transparência.

U&T: Qual é a conjuntura, qual é a situação do movimento sindical no Brasil?

Zé Maria: Nós vivemos numa situação de crise no movimento sindical. Há um divórcio entre aquilo que faz a direção dos principais sindicatos no país e aquilo que é interesse da base desses sindicatos e dessas centrais sindicais, situação que se agrava com o advento dessa crise, uma crise muito séria do sistema capitalista, em que é tradição os bancos e as grandes empresas se apoiarem no governo para empurrar o custo da crise nas costas dos trabalhadores. E nesse momento, em que mais do que nunca é fundamental que os sindicatos, as centrais se unam, organizem os trabalhadores na luta contra as empresas para impedir as demissões, para impedir a redução da jornada de trabalho, a redução de salários e forçar o governo a tomar medidas que protejam os trabalhadores. Veja que o governo tomou uma série de medidas para ajudar a ajudar as empresas. Mas até agora não há nenhuma medida provisória que proíba a demissão dos trabalhadores. Então nesse momento está uma parte das centrais sindicais brasileiras discutindo e pressionando o governo para dar mais dinheiro para as empresas, para negociar a redução de direitos, a redução de salários. É isso que gera a crise, porque o que esses dirigentes estão fazendo não tem nada a ver com os interesses da base deles. É essa situação que faz gerar no Brasil, ao mesmo tempo, um processo de reorganização, de



Zé Maria defende nova central

construção de alternativas.

U&T: Como faz para enfrentar uma crise com conta endereçada aos trabalhadores?

Zé Maria: O momento que nós estamos vivendo, na verdade, é um momento ainda de transição que começa a cair a ficha para os trabalhadores da gravidade da crise. Lamentavelmente, a maioria da população brasileira e dos trabalhadores foram convencidos pela campanha institucional do governo dizendo que não tinha crise, que o Brasil estava blindado, que iria ser uma marolinha. E por isso o prestígio, a aprovação do governo Lula está no patamar que está. Agora as pessoas começam a se assustar com o que está ocorrendo e a primeira reação é ambígua porque a maioria dos trabalhadores está com medo diante do quadro de alvoroço que está aparecendo aí. Outra Parte começa a pensar como vai reagir frente a isso. Mas devemos nesse momento buscar e desenvolver um processo de resistência, de luta, de mobilização contra as demissões, contra as reduções de salários e de direitos e aí construir um processo cada vez maior de mobilização, que reúna forças suficientes para enfrentar as empresas, para impedir que continue esse quadro e por outro lado enfrentar o governo e pressioná-lo para que ele tome medidas de proteção ao trabalho.

U&T: O que o trabalhador precisa enxergar dentro do movimento sindical para conseguir perceber o que está acontecendo?

Zé Maria: A principal contradição que nós enfrentamos no movimento sindical hoje é que a maior parte ainda das direções sindicais estão compro-

metidas com interesses pouco próximos dos trabalhadores. Você pega aí CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical, CTB, são direções sindicais que fizeram uma opção de escolha política de se localizar dentro da base de apoio do governo. A própria CTB, que rompeu mais recentemente com a CUT, construiu uma outra central, mas também para apoiar o governo. Qual é o problema? Esse governo aplica no país, apesar das expectativas, das esperanças, que muita gente ainda tem no Lula, ele aplica nesse país a mesma política econômica do governo anterior. Quando veio a crise, quem foi que ele socorreu? Foram os trabalhadores? Não! Foram os banqueiros, os grandes empresários. Então uma central sindical que defende esse governo, como que pode defender os trabalhadores? Essa contradição é que impõe aos trabalhadores a reconstrução da unidade de luta, na defesa de seus interesses e direitos. Por isso nós precisamos construir uma nova alternativa, porque essas que nós construímos anteriormente, incluindo aí a CUT, infelizmente, passou para a outra trincheira.

U&T: Então o maior desafio agora é a unidade, a recompactação das forças comprometidas com os trabalhadores?

Zé Maria: Exatamente. O desafio fundamental que nós temos nesse momento tem duas dimensões; a primeira é retomar o processo de mobilização, generalizar, radicalizar a luta, porque é isso que a situação política exige. Sem luta, permanece os interesses das empresas e bancos, que querem repassar para nós o custo da crise. Nós vamos ter o desemprego de milhões, uma miséria muito maior para uma parcela muito maior da população. O segundo desafio é superar essas organizações que nos traíram. E construir uma alternativa. Então a Conlutas vem desenvolvendo esse esforço já há vários anos. Agora conseguimos chegar em um acordo com o conjunto das outras organizações e setores organizados do movimento sindical popular. Um desafio da construção dessa alternativa de uma ferramenta unitária tem a mesma importância que o desafio de desenvolver a luta, porque uma coisa não vai adiante sem a outra.

o primeiro blog da categoria do litoral paulista • www.opetroleiro.wordpress.com

O PETROLEIRO

☐ Você já leu o blog do sindicato hoje?

Notícias • Clipping • Fotos • Boletins

OPETROLEIRO.wordpress.com